



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**



ANA BEATRIZ LIMA DA SILVA

PLANÍCIE LITORÂNEA DO PIAUÍ: Gestão e transparência na educação e os mecanismos de monitoramento do direito à educação.

**PARNAÍBA
2025**

ANA BEATRIZ LIMA DA SILVA

PLANÍCIE LITORÂNEA DO PIAUÍ: Gestão e transparência na educação e os mecanismos de monitoramento do direito à educação.

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí/UESPI, Campus prof. Alexandre Alves de Oliveira, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Samara de Oliveira Silva.

**PARNAÍBA-PI
2025**

ANA BEATRIZ LIMA DA SILVA

PLANÍCIE LITORÂNEA DO PIAUÍ: Gestão e transparência na educação e os mecanismos de monitoramento do direito à educação.

Artigo apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade Estadual do Piauí/UESPI, Campus prof. Alexandre Alves de Oliveira, como requisito para a obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Samara de Oliveira Silva.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dra. Samara de Oliveira Silva (Orientadora)

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Prof^ª. Dra. Fabrícia Teles de Oliveira (Examinador Interno)

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

Prof. Esp. Eva de Moraes Lima Moura (Examinador Interno)

Universidade Estadual do Piauí – UESPI

AGRADECIMENTOS

Neste momento, o que me transborda é um sentimento profundo e verdadeiro de gratidão. Nada mais justo do que dedicar este espaço para agradecer, de coração aberto.

A Deus, meu Redentor, toda a minha gratidão. Foi Ele quem me sustentou quando as forças fraquejavam, quem me deu direção nos momentos de incerteza. Sem Ele, não teria chegado até aqui.

À Professora Samara de Oliveira, minha orientadora, minha gratidão mais sinceras. Obrigada por cada orientação cuidadosa, por sua paciência, generosidade e por nunca ter desistido de mim. Se hoje entrego meu Trabalho de Conclusão de Curso, é porque você esteve comigo em cada etapa, me guiando com firmeza e carinho.

Agradeço também à Professora Fabrícia Teles, por sua presença e apoio durante essa trajetória, e por ter contribuído com minha formação acadêmica de maneira tão significativa.

À minha amada universidade, a Universidade Estadual do Piauí – campus de Parnaíba, meu muito obrigada por me permitir viver a experiência universitária em sua totalidade. Fui aluna, monitora, pesquisadora e, mais que isso, fui acolhida. Agradeço especialmente ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e ao CNPq, que tornaram possível minha inserção na pesquisa científica desde cedo. Esses momentos foram essenciais para minha formação crítica e humana.

Às amigas queridas Francy Rayka, Ana Kesya e Bianca Cordeiro, obrigada por estarem ao meu lado, por se preocuparem, ouvirem minhas angústias e, principalmente, por celebrarem comigo cada pequena vitória. Vocês fizeram toda a diferença.

À minha família, meu porto seguro. À minha avó Maria do Socorro Rocha Lima (in memoriam), ao meu avô Juarez Alves de Lima, e à minha mãe Sávia Maria Rocha Lima, que me ensinaram o valor da humildade, da empatia e da perseverança. Carrego comigo tudo que aprendi com vocês — e é isso que me torna quem sou.

Ao meu noivo, David Garcez, obrigada por ser abrigo, por me apoiar em cada decisão e por acreditar nos meus sonhos como se fossem seus. Esse também é um sonho nosso. Amo você!

A vida nos mostra que estamos cercados pelas pessoas certas quando elas se alegram com a nossa felicidade. Sonhos compartilhados se tornam reais. E a cada um que caminhou comigo, sonhou comigo, acreditou em mim — minha eterna e profunda gratidão.

Amo vocês.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”

Paulo Freire

RESUMO

SILVA, Ana Beatriz Lima da. **Planície litorânea do Piauí: Gestão e transparência na educação e os mecanismos de monitoramento do direito à educação.** 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Estadual do Piauí, Parnaíba, PI, 2025.

O presente trabalho tem por objetivo analisar as tendências, potencialidades e desafios da ação estatal para a garantia do direito à educação, a partir do levantamento de dados oficiais e publicações acadêmicas sobre a política educacional do/no Piauí. A pesquisa busca dar relevância ao tema o direito a educação condições de acesso e permanência nas escolas públicas municipais do ensino fundamental na Planície Litorânea do estado do Piauí está na necessidade de iguais condições de acesso à escola. O trabalho ora apresentado dialoga diretamente com essa realidade, visando expandir as fronteiras do conhecimento mediante a constituição de informações de acesso público, apresentando dados do levantamento da Legislação nas produções científicas sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí (artigos e legislação) e analisando os documentos, dados educacionais e financeiros da rede estadual e dos municípios do território litorâneo – para os gestores quanto a formulação e avaliação da políticas e monitoramento da ação estatal, conforme suas especificidades. Para que melhor fosse descrito este trabalho, foi desenvolvido estudos sobre as abordagens de pesquisa quanti-qualitativo, com a realização também da pesquisa bibliográfica e teórico de referência apresentando textos por meio de artigos. O desenvolvimento ocorreu em etapas, não havendo rigidez na sua realização, envolvendo a extração, catalogação, mapeamento e análise de dados sobre a política educacional piauiense e constituição da organização dos dados, visando colaborar com a produção da área.

Palavras-chave: Política Educacional – Direito – Educação

ABSTRACT

SILVA, Ana Beatriz Lima da. **Piauí coastal plain: Management and transparency in education and the mechanisms for monitoring the right to education.** 2025. Course Conclusion Paper (Degree in Pedagogy) - State University of Piauí, Parnaíba, PI, 2025.

The aim of this study is to analyze the trends, potential and challenges of state action to guarantee the right to education, based on a survey of official data and academic publications on educational policy in Piauí. The research seeks to give relevance to the theme of the right to education: the conditions of access and permanence in municipal public primary schools in the coastal plain of the state of Piauí lie in the need for equal conditions of access to school. The work presented here dialogues directly with this reality, aiming to expand the frontiers of knowledge through the creation of publicly accessible information, presenting data from the survey of Legislation in scientific productions on educational policies developed in Piauí (articles and legislation) and analyzing the documents, educational and financial data of the state network and the municipalities of the coastal territory - for managers regarding the formulation and evaluation of policies and monitoring of state action, according to their specificities. In order to better describe this work, studies were carried out on quantitative and qualitative research approaches, as well as bibliographical and theoretical reference research presenting texts through articles. The work was carried out in stages, with no rigidities, involving the extraction, cataloguing, mapping and analysis of data on educational policy in the state of Piauí.

Keywords: Education policy - Law – Education

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Gráfico com percentual de documentos coletados no Portal da Transparência e no Portal da Cidadania, por cidade entre os anos de 2009 e 2023 .	18
Quadro 2 - Tabela contendo informações de produções acadêmicas entre os anos 2009 e 2024 sobre política educacional piauiense	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC Base Nacional Comum Curricular

CF Constituição Federal

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNDEB Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

LOA Lei Orçamentária Anual

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOM Lei Orgânica do Município

MDE Modelo Digital de Elevação

PPA Plano Plurianual

SCIELO Scientific Electronic Library Online

TCE Tribunal de Contas do Estado

UESPI Universidade Estadual do Piauí

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES ANTERIORES À CF DE 1988	11
3	LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOCUMENTAL.....	155
4	MAPEAMENTO DOCUMENTAL DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA PLANÍCIE LITORÂNEA DO PIAUÍ	177
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	24
	REFERÊNCIAS	25

1. INTRODUÇÃO

O estado do Piauí, não diferente de outros estados brasileiros, no âmbito educacional, possui desafios significativos como, por exemplo, a desigualdade socioeconômica, infraestrutura escolar que apontam alguns déficits consideráveis, provável falta de material didático adequado que atenda às necessidades e especificidades locais, e, por muitas vezes, problemas com merenda escolar insuficiente – em algumas localidades. A partir disso, a política educacional local vem sendo organizada por meio de diretrizes federais e estaduais, procurando a melhoria na qualidade e acesso à escolarização de todos.

Nesse sentido, pode-se perceber o monitoramento da Ação Estatal por meio de vários órgãos como a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC-PI), que faz o acompanhamento das políticas educacionais, Tribunal de Contas do Estado (TCE-PI) que fiscaliza e realiza auditorias dos recursos públicos, o Ministério Público com o papel de fiscalizar o cumprimento de normas educacionais e garantir o direito dos alunos e, os Conselhos Municipais de Educação, que são destinados ao acompanhamento da política educacional local.

O resultado da junção desses órgãos e suas fiscalizações, cobranças e garantias aos direitos, consiste em melhorias na qualidade do ensino, infraestrutura escolar adequada, aumento de cobertura educacional, assegurando que todos tenham acesso à escola, incluindo as políticas para a garantia de que alunos com deficiência recebam o apoio adequado. Entretanto, o estado do Piauí enfrenta desafios frequentes, a necessidade de melhorias em alguns aspectos, como na gestão de recursos e a desigualdade regional notável. Por esse motivo, existe a importância de políticas bem direcionadas, monitoramento efetivo e a colaboração de todos os órgãos responsáveis, para que seja possível avançar na garantia do direito e permanência à educação, além de corroborar com a qualidade da educação no estado.

O atual cenário da escola pública transparece uma diferença explícita entre o direito constituinte e a realidade, uma vez que o direito à educação e seus princípios relacionados são garantidos pela Constituição Federal de 1988 (CF/88) e pela Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394 de 1996 (LDB), contudo, na prática, o poder público acaba por vezes omitindo-se desse

processo, colocando a responsabilidade da gestão para o setor privado, adotando medidas gerencialistas¹ que estão atreladas ao modelo neoliberal².

Partindo do pressuposto das tendências gerencialistas no âmbito educacional, especialmente em determinadas escolas públicas, observa-se a transferência gradual da responsabilidade estatal para a gestão local no que se refere à manutenção e ao funcionamento das instituições educacionais. Tal contexto pode estar ligado a desafios enfrentados por profissionais da educação, muitas vezes inseridos em situações de trabalho com suporte institucional limitado, além de condições no trabalho marcadas por baixa remuneração e estruturas pedagógicas consideradas precárias. A ausência de políticas contínuas de valorização e investimento mínimo no ambiente escolar pode contribuir para a intensificação dessas dificuldades, legitimando as desigualdades que nascem dentro das escolas públicas.

A efetivação do direito à educação de qualidade demanda o engajamento de profissionais e gestores comprometidos com a transformação social por meio do ensino. Parte-se do pressuposto de que a educação desempenha um papel fundamental na construção de uma sociedade mais equilibrada, sendo instrumento potencial de redução das desigualdades sociais. Nesse sentido, a consolidação de uma cidadania plena - em que os indivíduos sejam reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres - depende de investimentos progressivos e políticas educacionais estruturadas, mesmo que os resultados desse processo apareçam a longo prazo.

Para Oliveira (2001) cabe, pois, criar as condições de efetivação do princípio constitucional do padrão de qualidade do ensino (art. 206, inciso VII da Constituição Federal) como nova dimensão do direito à educação. O reconhecimento dessa necessidade não nos exime do desafio e da responsabilidade de traduzir o “padrão de qualidade” num conjunto de indicadores passível de exigência judicial. Ressalta-se que são vários os fatores que contribuem para que esse direito a educação não seja garantido a todos, em especial às classes populares com menos requisitos financeiros.

O trabalho apresentado justifica-se por ser originário do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e engloba a seguinte questão: em que medida as ações estatais e as políticas educacionais implementadas no Piauí têm garantido, de forma equitativa, o direito à educação, considerando as desigualdades de acesso e permanência escolar?

¹ Estrutura administrativa que prioriza a eficácia, os desempenhos mensuráveis e a supervisão rigorosa, frequentemente adotando métodos oriundos da iniciativa privada.

² Trata-se de uma corrente econômica e política que defende o enxugamento do papel do Estado nas atividades econômicas, valorizando a livre iniciativa e incentivando a transferência de empresas públicas para a gestão privada.

Nesse contexto, partindo da problemática norteadora, a pesquisa desenvolveu-se em torno do seguinte objetivo geral: analisar as tendências, potencialidades e de safios da ação estatal para a garantia do direito à educação, a partir do levantamento de dados oficiais e publicações acadêmicas sobre a política educacional do/no Piauí. E dos objetivos específicos: mapear a legislação, os dados educacionais e financeiros e a produção de conhecimento sobre política educacional do/no Piauí; colaborar no levantamento de dados para apoiar o desenvolvimento de pesquisas e a ação da sociedade civil no monitoramento e avaliação de políticas educacionais; subsidiar gestores públicos para enfrentamento dos desafios de formulação, implementação e avaliação de políticas educacionais.

Com a crescente oferta de pesquisas acadêmicas que dispõem da temática, cresceram também os estudos que avaliam e revisam a produção, como bem explica Vosgerau; Romanowski, 2014; pois os estudos de revisão da produção acadêmica/científica têm se tornado cada vez mais necessários na medida em que indicam como um campo de saber vem se desenvolvendo ao sistematizarem o conhecimento produzido. Ainda de acordo com Vosgerau e Romanowski (2014, p. 167), os estudos de revisão consistem em organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área.

2. A CONSTRUÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO NAS CONSTITUIÇÕES ANTERIORES À CF DE 1988

O direito à educação é amplamente reconhecido hoje como um dos direitos fundamentais do ser humano e está consagrado na legislação de praticamente todos os países (Oliveira, 2007, p. 15). Ao longo da história, no entanto, o direito à educação não era percebido com esse olhar, visto que, no Brasil, por exemplo, as constituições refletiam diferentes enfoques sobre a educação, alternando entre a falta de cuidado às políticas públicas efetivas (quanto a sua implementação) até a importância da aceitação do reconhecimento formal sobre “a educação como um direito de todos”.

A Constituição Federal de 1988 representa um marco histórico expressivo nesse processo, visto que garante os direitos e liberdade civis aos cidadãos, estabelecendo deveres do Estado em relação a população, evidenciando o direito à educação. Entretanto, antes de sua publicação, houveram outras seis constituições elaboradas que conduziam o Brasil, de modo a refletir como a compreensão no que se refere aos direitos dos cidadãos brasileiros evoluiu. Vale

ressaltar que, em determinadas épocas, como por exemplo no pós-império, nem todos da população eram reconhecidos como cidadãos, mesmo que estes não fossem mais escravos, resultando em leis que, apesar de reconhecerem os direitos, se tornavam excludentes para uma grande parcela da população.

Referente à educação, as constituições que antecederam à de 1988, lidavam com o tema de maneira limitada e por diversas vezes de uma forma superficial, como a Constituição de 1824, tendo como exemplo, a educação sendo citada apenas no último parágrafo, mais precisamente no artigo 179, incisos XXXII e XXXIII, no qual dispõe a garantia do chamado ensino primário gratuito a todos os cidadãos. Contudo, o acesso era bastante restrito, resultando em poucas pessoas se beneficiarem do direito concedido por meio da lei. Já a Constituição de 1891 fazia referência à educação dando essa temática para cada Estado debater e a cargo da União ficaria apenas o ensino superior, ainda que no artigo 72, parágrafo 6º, estabelecia a separação das influências religiosas do modo de ensino nas instituições de cunho públicas, trazendo a “laicidade” para esses espaços. E, embora a educação fosse reconhecida de maneira mais formal, ainda na CF de 1891, a gratuidade e a garantia do acesso de todos ainda estavam ligadas a questões econômicas e sociais, o que favorecia de fato a exclusão, restringindo o acesso da população mais pobre da sociedade, favorecendo aqueles mais abastados.

Em razão disso, houve a necessidade de dar mais um passo em direção ao avanço, com a promulgação da Constituição de 1934, considerada um marco histórico na época, visto que havia um capítulo específico apenas para a educação, onde a mesma era reconhecida como um direito alcançado por todos os cidadãos. Esse avanço determinou que a União se responsabilizasse por decidir as diretrizes da educação brasileira e por constituir o ensino secundário e superior no Distrito Federal. Como aborda Oliveira (2007, p. 17), a “Constituição de 1934 incorporou os direitos sociais aos direitos do cidadão”, trazendo a educação como um direito social e dando a responsabilidade ao Estado por sua organização, acabou refletindo por mudanças significativas no entendimento constitucional sobre qual o papel de fato da educação em uma sociedade, bem como afirma Adrião (2013) sobre a Constituição de 1934:

Pela primeira vez, em nossa história constitucional, explicita-se a declaração dos direitos sociais, destacando-se, com primazia, a educação. Em que pese as inúmeras emendas constitucionais com impactos negativos na consecução de muitos direitos presentes no texto original, o direito à educação permanece indicado no Art. 6º da seguinte forma: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Adrião, 2013, p.32)

Embora tenham ocorrido avanços, as constituições que passaram ao longo da história e anteriores à ditadura militar, mostravam limitações consideráveis, inclusive referente à gratuidade da educação. Existiam regras para o acesso a gratuidade e eram condicionadas muitas vezes mediante à comprovação de vulnerabilidade socioeconômica, o que restringia o acesso da população em sua maioria a um ensino público e de qualidade.

Entretanto, houve uma revalidação a respeito do reconhecimento da educação como um direito universal onde a responsabilidade do Estado em oferta-la passaram por um processo entre constituições. A Constituição de 1988, reiterou a educação com um direito fundamental, desse modo representou o auge dessa evolução, embora os desafios para uma implementação efetiva desse direito continuem, ainda presentes até os dias atuais.

Considerada um marco crucial na história brasileira, a Constituição Federal de 1988 estabeleceu a educação como um direito essencial, aumentando a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal e sem distinção, sendo, portanto, esse novo entendimento de “educação” pela CF um grande avanço, quando a mesma passa a reconhecer a educação não somente com um direito, mas como um dever do Estado. Além disso, ela garantiu a universalização do acesso à educação, incluindo a obrigação de atender aqueles que não puderam completar seus estudos na idade apropriada, tornando-a obrigatória e gratuita para todos (Oliveira, 2007, p. 15).

Ao garantir esse direito, ela consolidou a educação como um pilar essencial para o desenvolvimento social e econômico do país, estabelecendo que o Estado deve assumir a responsabilidade de garantir o acesso à educação para todos, independentemente das condições econômicas ou sociais (Adrião, 2013, p. 32).

Isso acaba mostrando o quanto o significado de educação no Brasil passou do “não necessário”, para uma importante ferramenta que transforma uma sociedade em “mais justa e igualitária”, o que era o oposto quando se refere às constituições anteriores, que negligenciavam a educação, podendo observar as consequências contínuas para a sociedade brasileira, onde resultaram em desigualdade social, com a maior parte da população sem acesso a uma educação considerada de qualidade e permanecendo no ciclo de pobreza, além das dificuldades de deslocamento – que é considerado um gargalo para a educação, visto que os alunos das áreas afastadas não conseguem nem se quer chegar ao prédio da escola por falta de transporte público e gratuito.

Após a implantação da Constituição Federal de 1988 e seu leque de oportunidades para que fosse possível o cumprimento das leis e a reafirmação que o direito à educação era constituinte, surgiram novos colaboradores para essa validação, como o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre a proteção integral da criança e do adolescente, é considerado um marco legal fundamental no Brasil, especialmente no que se refere ao direito à educação. Pode-se perceber claramente em um de seus capítulos a argumentação do estatuto, no Capítulo IV do ECA, o direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer é tratado de forma ampla e detalhada, destacando-se o Artigo 53, que estabelece de maneira clara o direito à educação para crianças e adolescentes. O artigo é direto ao garantir condições igualitárias para o acesso e permanência na escola, respeitando a individualidade dos estudantes e assegurando o direito à organização estudantil e à participação nas decisões escolares. Este artigo inclui também a garantia de vagas para irmãos que frequentem a mesma etapa da educação básica e exige a conscientização sobre o uso de drogas ilícitas em instituições de ensino (Brasil, 1990):

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

~~V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.~~

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. [\(Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019\)](#)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

Art. 53-A. É dever da instituição de ensino, clubes e agremiações recreativas e de estabelecimentos congêneres assegurar medidas de conscientização, prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas ilícitas. [\(Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019\).](#)³

Como ressalta Romualdo Portela de Oliveira, “o ECA regula de maneira bastante específica o direito à educação presente no texto constitucional, representando uma

³ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 24/11/2024.

contribuição significativa ao esforço pela ampliação e efetivação desse direito em nossa sociedade” (Oliveira, 2007, p. 29). Isso mostra a importância do ECA como uma legislação que não só complementa a Constituição, mas também a detalha, promovendo a implementação prática e a efetividade do direito à educação. Esse marco legal reforça o compromisso do Estado com a educação, ampliando e especificando as obrigações legais com relação ao atendimento educacional.

Destaca-se que a pesquisa, como atividade básica da ciência, mediante indagação sobre a realidade, deve ser capaz de gerar conhecimentos consistentes sobre as questões sociais e interferir nos processos de mudanças (Sánchez Gamboa, 2013), apontando possibilidades de intervenção na realidade para solução de problemas que se impõem como limites para o desenvolvimento social, visão presente na proposição ora apresentada. O projeto ainda vislumbra o fortalecimento da relação e esforço de formação de pesquisadores para a problematização de como as políticas educacionais no Estado tem contribuído com os processos de ampliação ou restrição do direito à educação, identificando tendências, potencialidades e desafios do campo, contribuindo para a ampliação do saber científico e para a mobilização em defesa da educação.

As políticas educacionais têm se tornado temática de interesse crescente dos pesquisadores, embora seja um campo de conhecimento que ainda se encontra em construção no Brasil (Stremel, 2016; Mainardes, 2018; Jacomini; Penna; Bello, 2019), dada a diversidade, abrangência e complexidade de seus objetos de estudo (Tello, 2015; Stremel, 2016) e as características do campo da política educacional, que se apresenta de forma dinâmica, complexa e controversa (Sousa, 2014).

Essa realidade demanda estudos constantes de revisão que contribuam para a sistematização do conhecimento produzido, visando compreender suas características e lacunas, assim como produzir evidências que contribuam para delinear novas políticas relacionadas ao direito à educação, conforme as especificidades, produzirão conhecimento.

3. LEVANTAMENTO E ANÁLISE DOCUMENTAL

Trata-se de um estudo quanti-qualitativo de cunho documental que adotou os procedimentos da análise de conteúdo nos termos de Bardin (2011) com a adoção da técnica de análise conteúdo categorial – consistiu na seleção dos artigos, leitura, organização de extratos do texto em um quadro analítico que será categorizado e analisado.

As técnicas empregadas para o levantamento de dados neste será da pesquisa documental, a escolha desse tipo de pesquisa reside no fato de que ela “permite identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse” (Lüdke; André, 1986, p. 38). Destaca-se que a técnica permite a realização de inferências sobre questões específicas acerca de determinados problemas de pesquisa.

O trabalho ora apresentado visou expandir as fronteiras do conhecimento mediante a constituição de informações de acesso público, que agregue as produções científicas sobre as políticas educacionais desenvolvidas no Piauí (artigos e legislação), além de documentos e dados educacionais e financeiros da rede estadual e dos municípios do território litorâneo, servindo de apoio para a comunidade científica, para gestores públicos – contribuindo para o enriquecimento de conhecimento de estudos que dispõem de tal abordagens para tornarem suas gestões de fato mais democrática-participativas – e para a sociedade civil, no exercício de suas funções de produção do conhecimento, formulação e avaliação das políticas e monitoramento da ação estatal, conforme suas especificidades.

A meta principal desse trabalho foi a contribuição com dados, que consistem de um acervo bibliográfico e documental acerca da política educacional piauiense possuindo dados financeiros e orçamentários municipais referentes a educação, teses, dissertações e artigos científicos sobre a temática acima citada e a legislação que orienta o campo educacional estadual e municipal.

A proposta de abordagem qualitativa integrará os métodos na coleta, sistematização e análise dos dados, dada a complexidade do multifacetado fenômeno educacional (Santos Filho, Sánchez Gamboa, 2013; Gatti, 2004). Quanto à natureza e procedimentos do estudo, de caráter documental, objetiva gerar conhecimentos técnicos e científicos para aplicação teórica e prática no campo das políticas educacionais no Piauí. O desenvolvimento ocorre em etapas, não havendo rigidez na sua realização.

Inicialmente foi mapeada a legislação, com a extração, catalogação, mapeamento e análise de dados, de documentos financeiros, orçamentários municipais que dizem respeito aos gastos com a educação da rede municipal. A segunda etapa consistiu com a coleta de dados sobre produções acadêmicas onde o tema abordado era sobre a política educacional piauiense. A terceira etapa da pesquisa foi constituição de uma avaliação de perto das produções acadêmicas encontradas nos repositórios como Scielo e Google Scholar.

O corpus documental é a base da produção acadêmica sobre política educacional, enquanto o recorte temporal compreende o período de 2007 a 2022. As temáticas do levantamento bibliográfico e documental realizado, que se debruçaram sobre a produção

científica e atividades extensionistas, a partir da análise do acervo inventariado, visando o estado do conhecimento e a produção de evidências científicas sobre as políticas educacionais do Piauí, mediante análise textual de conteúdo no intuito de buscar identificar, compreender e interpretar o conteúdo explícito e/ou implícito nos documentos que compõem a empiria desta pesquisa (Bardin, 2016) e adoção de categorias, codificação, tabulação e análise estatística dos dados.

Com este trabalho esperou-se fortalecer a realização do projeto de pesquisa enfatizando a temática do Direito à Educação como uma discussão que pode ser vivenciada no cotidiano escolar, por meio da implementação de políticas e programas pelo Estado na sua responsabilidade educacional do direito e dever de educar e, sobretudo a função social das escolas na efetivação de pequenas iniciativas de projetos próprios ou atitudes que promovam a permanência dos estudantes nas escolas. Para além de promover a construção conjunta de conhecimento e ampliar e divulgar o saber científico, contribuindo com o desafio de formular, implementar e avaliar políticas educacionais e municiar a sociedade civil no seu monitoramento.

Desse modo, frente a realidade de estudos e produções acadêmicas, existe a necessidade da continuação das revisões, pois elas contribuem para a estruturação do conhecimento produzido, com o intuito de compreender suas particularidades e lacunas, assim como auxiliar na produção de indicadores que contribuam com novas políticas que sejam relacionadas ao acesso e direito à educação, além da produção de conhecimentos a respeito da capacidade, possibilidade e dificuldades da ação estatal para a garantia do direito à educação no estado do Piauí, colaborando para a expansão do campo das políticas educacionais, abrindo oportunidades para aqueles que pensam em entrar nos estudos referentes às revisões de produções.

4. MAPEAMENTO DOCUMENTAL DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA PLANÍCIE LITORÂNEA DO PIAUÍ

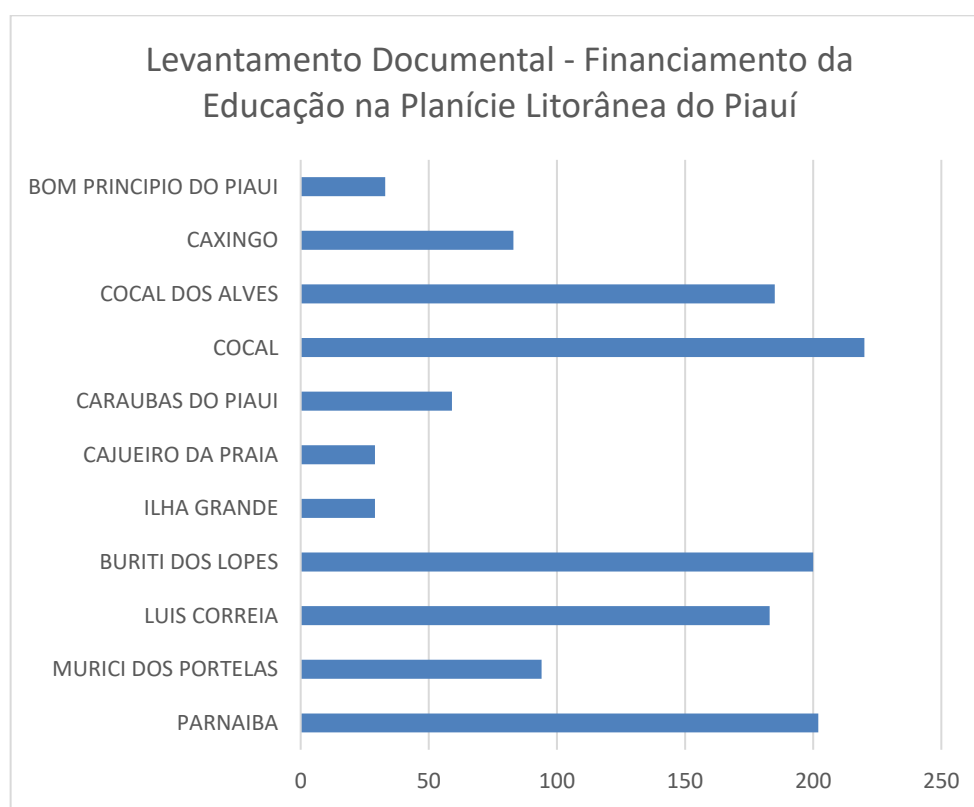
O levantamento realizado no âmbito deste estudo resultou na coleta de 1.396 documentos oficiais relacionados ao financiamento da educação, disponibilizados pelos portais das prefeituras dos onze municípios que compõem a Planície Litorânea do Piauí. A distribuição dos documentos evidencia uma significativa variação na transparência e na publicização das informações entre os municípios. Observa-se, por exemplo, que Ilha Grande e Cajueiro da Praia

disponibilizaram apenas 28 e 29 documentos, respectivamente, enquanto Murici dos Portelas (210), Buriti dos Lopes (200) e Parnaíba (202) apresentaram volumes mais expressivos.

Essa disparidade revela possíveis assimetrias na gestão da informação pública, o que pode refletir diferentes níveis de compromisso com a transparência na aplicação dos recursos educacionais. Municípios como Luís Correia (183), Cocal (168) e Caraúbas do Piauí (106) também se destacam pela quantidade de documentos acessíveis, ao passo que Bom Princípio do Piauí (69), Cocal dos Alves (69) e Caxingó (83) situam-se em patamar intermediário. Esse panorama documental oferece subsídios relevantes para a análise do papel do Estado local na garantia do direito à educação e na efetivação de políticas públicas com base em dados abertos e acessíveis à sociedade.

No “Quadro 1” têm-se o percentual de documentos coletados no Portal da Transparência e no Portal da Cidadania, por cidade entre os anos de 2009 e 2023.

Quadro 1: Gráfico com percentual de documentos coletados no Portal da Transparência e no Portal da Cidadania, por cidade entre os anos de 2009 e 2023.



Fonte: Elaboração própria

Os documentos foram acessados por meio do Portal da Transparência de cada município e do Portal da Cidadania, que é o portal do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI). Os documentos foram coletados com base em informações disponibilizadas pelo

Portal da Transparência dos Municípios, detalhadas sobre receitas e despesas voltados aos fundos destinados à educação. O Portal da Cidadania (TCE-PI) também foi um grande aliado para o desenvolvimento desse trabalho, sendo a maior quantidade de dados encontrados em sua base de dados, esse portal oferece acesso a informações fiscais e contábeis de vários entes, todos estes públicos, inclusive relatórios sobre o financiamento da educação, todos pertinentes ao trabalho em questão.

Os documentos coletados e catalogados foram relatórios financeiros, demonstrativos financeiros e analíticos, balanços orçamentários, leis como, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orgânica do Município (LOM), Lei de Orçamento Anual (LOA), Pareceres do FUNDEB, editais de concursos e seletivos públicos da educação, Plano Plurianual (PPA), o MDE, o Estatuto do Servidor do Município, entre outros. Apesar de uma expressiva quantidade de documentos coletados, dificuldades durante a coleta foram encontradas, como por exemplo, o acesso aos sites, alguns sites das prefeituras apresentaram dificuldades técnicas, como páginas que não carregavam ou erros de acesso.

Consequentemente essas dificuldades técnicas influenciaram na coleta de dados, exigindo tentativas repetidas ou o uso de navegadores diferentes. Em vários casos, os documentos estavam disponíveis apenas em formatos que não eram facilmente baixáveis, como arquivos em ZIP⁴, impossibilitados de extração - com aparência de documentos corrompidos. Houve variação entre os sites de cada prefeitura de modo significativo, em alguns acessos aos sites, pode-se perceber que não havia uma seção que demonstrasse com clareza os documentos relacionados ao financiamento da educação, o que acabou dificultando quanto a localização das informações pertinentes à coleta de dados.

Outros desafios apresentados na coleta de dados foi a qualidade dos dados financeiros que variou entre as prefeituras. Alguns documentos eram vagos ou apresentavam informações insuficientes para uma análise completa, enquanto outros estavam bem detalhados e organizados. Algumas prefeituras apresentaram informações completas e atualizadas, enquanto outras tinham lacunas expressivas, como a falta de alguns pareceres que deveriam vir de modo sequencial, já que é atualizado mensalmente, como o Parecer do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

A etapa de coleta de produções acadêmicas utilizou de repositórios de universidades e instituições de ensino superior, como o Repositório Institucional da Universidade Federal do

⁴ É um formato de compactação de arquivos muito difundido pela Internet.

PiauÍ (UFPI) e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), para acessar teses, dissertações e artigos científicos relacionados à política educacional no PiauÍ, plataformas como Google Scholar, Periódicos Capes e SciELO, o que possibilitou encontrar artigos científicos e outros trabalhos acadêmicos pertinentes à temática. Foram encontradas dezessete produções acadêmicas, dentre elas artigos e dissertações, referentes à política educacional do/no PiauÍ, entre os anos de 2009 e 2024, para que fossem realizadas as revisões das pesquisas localizadas.

Os estudos de revisão que avaliam e sintetizam caracterizam-se pela adoção de critérios de inclusão e exclusão com base na temática, mas também na qualidade metodológica das pesquisas inventariadas (Vosgerau; Romanowski, 2014). As revisões e análises realizadas com os textos acadêmicos, crescem à medida que existe a necessidade de reestruturação diante daquela literatura para que haja um novo olhar acerca da temática abordada, contribuindo aos pesquisadores com novas possibilidades pertinentes ao seu objeto de pesquisa.

Conforme Jacomini, Penna e Bello (2002, p. 6), esses estudos apresentam características semelhantes na forma de conduzir a pesquisa. São, geralmente, estudos que analisam a produção em suas características gerais e, principalmente, em relação às conclusões, com o objetivo de informar o que se sabe acerca de uma determinada temática, campo ou área de conhecimento. Dessa maneira, pode-se caracterizar diversas formas de estudos ao revisar, bem como afirma Mainardes (2018, p. 4):

É possível considerar que o estado do conhecimento, de modo geral, é uma pesquisa mais ampla, que visa compreender como uma temática vem sendo abordada ao longo do tempo. Já o estado da arte pode referir-se à situação da pesquisa em determinado momento, por exemplo, na última década. Na metapesquisa, o pesquisador está interessado em compreender os meandros da pesquisa, sua fundamentação teórica, opções metodológicas, relação entre teoria e dados, procedimentos utilizados na aplicação e/ou geração de teorias etc. Assim, na metapesquisa, não há a intenção de comparar resultados entre as pesquisas ou sintetizar suas contribuições ou conclusões, como geralmente se faz na revisão de literatura. Também não há a intenção de verificar como a pesquisa de uma temática específica vem evoluindo ao longo do tempo, como se faz no estado do conhecimento.

O autor evidencia que cada abordagem tem um foco distinto, sendo, portanto, o *estado do conhecimento* objetiva mapear a evolução de uma temática ao longo do tempo; o *estado da arte* concentra-se nas produções mais recentes; já a *metapesquisa* volta-se à análise crítica dos próprios processos de pesquisa, investigando escolhas teóricas e metodológicas, sem a intenção de comparar resultados ou sintetizar conclusões.

A partir desse referencial, pôde-se analisar os dezessete artigos e dissertações coletados, baseado em seus objetivos gerais, em suas perspectivas e nas metodologias utilizadas, com o intuito de identificar qual o modelo de estudo foi trabalhado nessas produções acadêmicas, sabendo que esse modelo de trabalho auxilia em manter o conhecimento próximo do pesquisador, oferecendo um panorama abrangente a respeito do atual quadro de pesquisas nesta área temática. Além de identificar os modelos de estudos adotados, a análise permitiu observar como cada produção lida com a articulação entre teoria e prática, especialmente no que diz respeito às implicações políticas e sociais do objeto investigado. Percebe-se também uma diversidade metodológica entre os trabalhos – que variam entre abordagens qualitativas, quantitativas e quantiquantitativas.

No “Quadro 2” têm-se a Tabela contendo informações de produções acadêmicas entre os anos 2009 e 2024 sobre política educacional piauiense.

Quadro 2: Tabela contendo informações de produções acadêmicas entre os anos 2009 e 2024 sobre política educacional piauiense.

Nº	AUTORES	TÍTULO	REVISTA/PUBLICAÇÃO	ANO
1	MEDEIROS, L. B.; PIRES, T. K. P	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) E ROTATIVIDADE DOCENTE: DESAFIOS NA ATUAÇÃO DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS (EFAS) NO PIAUÍ	CADERNOS CAJUÍNA, V.5, N.3, SETEMBRO-2020 ISSN: 2448-0916	2020
2	MAIA, L. H. F.; RODRIGUES, R. DOS S.; OLIVEIRA, M. D. R DE.; SOARES, M. A. V. DOS S.	OS BENEFÍCIOS DO PIBID PARA A FORMAÇÃO DOS GRADUANDOS EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR DE URUÇUI, PIAUÍ	EDUCAÇÃO POR ESCRITO, PORTO ALEGRE, V. 13, N. 1, P. 1-9, JAN.-DEZ. 2022 E-ISSN: 2179-8435	2022
3	RODRIGUES, G. L. M. T.	O DIREITO FUNDAMENTAL À EDUCAÇÃO: UMA REFLEXÃO CRÍTICA DA ATIVIDADE EDUCACIONAL DE UMA COMUNIDADE DE JOVENS E ADULTOS NO ESTADO DO PIAUÍ	DISSERTAÇÃO (MESTRADO) – PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, 2015.	2015
4	SILVA, M. DO S. P.; CUNHA, A. L. M.; SANTOS, T. A. DOS;	EDUCAÇÃO BÁSICA NAS ESCOLAS DO CAMPO NO CONTEXTO DA PANDEMIA: ENSINO REMOTO PARA QUEM?	REV. @MBIENTEEDUCAÇÃO, SÃO PAULO, V. 14, N. 2, P. 417-431, MAIO/AGO. 2021. E-ISSN: 1982-8632	2021
5	ARAUJO, A. C. DE.;	GESTÃO DEMOCRÁTICA NOS SISTEMAS MUNICIPAIS DE ENSINO DOS ESTADOS DO PIAUÍ, MARANHÃO, SANTA CATARINA E TOCANTINS: ENTRE TENSIONAMENTOS E DESDOBRAMENTOS	DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓSGRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (UFT), NA LINHA DE PESQUISA ESTADO, SOCIEDADE E PRÁTICAS EDUCATIVAS	2020

6	MENDES, I. N. L.; SALES, L. C.;	POLÍTICA DE BÔNUS NA EDUCAÇÃO: O CASO DE TERESINA/PI	FINEDUCA – REVISTA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, V. 14, N. 18, 2024	2024
7	CASTRO, F. S.; CRUZ, R. E. DA	O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): ELEMENTO CONTRADITÓRIO DO DIREITO À EDUCAÇÃO	EDUCAR EM REVISTA, CURITIBA, V. 40, E89940, 2024	2024
8	SALES, S. E. S.	A MOVIMENTAÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL NO ESTADO DO PIAUÍ	EDUCAÇÃO & REALIDADE, PORTO ALEGRE, V. 38, N. 4, P. 1283-1301, OUT./DEZ. 2013. DISPONÍVEL EM:	2013
9	MENESES, M. L. DE S.; CRUZ, R. E. DA	O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO PIAUÍ: FINANCIAMENTO E ATENDIMENTO NA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	FINEDUCA – REVISTA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, V. 12, N. 25, 2022	2022
10	SILVA, F. P. DA	POLÍTICA EDUCACIONAL DE FORMAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROEJA NO IFPI CAMPUS PICOS ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2017	DISSERTAÇÃO (MESTRADO) - UNIVERSIDADE NOVE DE JULHO - UNINOVE, SÃO PAULO, 2018.	2018
11	LIMA, E. S.	OS IMPACTOS DA BNCC NAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO E NOS PROJETOS EDUCATIVOS DAS ESCOLAS FAMÍLIAS AGRÍCOLAS	REV. ESPAÇO DO CURRÍCULO (ONLINE), JOÃO PESSOA, V.14, N.2, P. 1-16, MAI/AGO. 2021.	2021
12	VALOIS, R. S.; CAVALARI, R. M. F.	COM-VIDA: DOS DOCUMENTOS À SUA IMPLEMENTAÇÃO EM DUAS ESCOLAS DE TERESINA, PIAUÍ	-	2013
13	ALENCAR, M.S.S.; CARVALHO, C.M.R.G.	O ENVELHECIMENTO PELA ÓTICA CONCEITUAL, SOCIODEMOGRÁFICA E POLÍTICO-EDUCACIONAL: ÊNFASE NA EXPERIÊNCIA PIAUIENSE	6 COMUNICAÇÃO SAÚDE EDUCAÇÃO V.13, N.29, P.435-44, ABR./JUN. 2009	2009
14	SILVA, J. G. DE S. E.; SALES, L. C.	A POLÍTICA DE FUNDOS E SEUS EFEITOS NA MUNICIPALIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	REVISTA EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EM DEBATE – V. 10, N. 1, P. 243-261, JAN./ABR. 2021 - ISSN 2238-8346	2021
15	LUÍS CARLOS SALES ROSANA EVANGELISTA DA CRUZ MAGNA JOVITA SILVA	REMUNERAÇÃO DOS DOCENTES DA REDE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	FINEDUCA – REVISTA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, PORTO ALEGRE, V.4, N.4, 2014	2014
16	SANTANA, JULLYANE FRAZÃO; MEDEIROS, LUCINEIDE BARROS; GONÇALVES, MARL	O DIREITO À EDUCAÇÃO DO CAMPO NO ESTADO DO PIAUÍ NO CONTEXTO DO FUNDEB	FINEDUCA – REVISTA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, V. 10, N. 29, 2020.	2020
17	SILVA, SAMARA DE OLIVEIRA; ADRIÃO, THERESA MARIA; ALMEIDA, LUCINE RODRIGUES DE	PANORAMA GERAL DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL DO PIAUÍ, PÓS INSTITUIÇÃO DO FUNDEB NO BRASIL	FINEDUCA – REVISTA DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO, V. 10, N. 30, 2020	2020

Fonte: Elaboração própria (SciELO e Google Scholar)

Com base nas classificações de Mainardes (2018), sete trabalhos são do tipo do estudo da arte, onde eles tiveram a preocupação em abordar sobre as práticas das políticas educacionais locais e de suas diretrizes, além de alguns conseguirem identificar desafios quanto a execução

das mesmas. Sobre os trabalhos do tipo do estudo do conhecimento, cinco produções foram caracterizadas, com traços investigativos desde a teoria até a execução das políticas educacionais, além do acompanhamento ao longo do tempo, como ele vem sendo realizado e/ou se essas teorias e fundamentos vêm sendo efetivados de maneira articulada e coerente. Por fim, cinco trabalhos foram identificados do tipo metapesquisa, o que são necessários para a compreensão sobre como vem sendo produzido o conhecimento, como pode contribuir para as próximas pesquisas que virão e como elas estão evoluindo ao longo dos tempos, visto que com essa abordagem, pode-se mapear e traçar as pesquisas de modo a esmiuçar determinados campos, se tornando um grande facilitador ao identificar as fragilidades, “espaços vagos” e pontos principais discutidos na determinada pesquisa.

Ao analisar as pesquisas acadêmicas, percebe-se a centralidade de temáticas que envolvem as políticas educacionais e a realidade educacional do estado do Piauí, sendo possível identificar um conjunto de tensões teóricas e constatações empíricas, que, articuladas, revelam a complexidade das dinâmicas educacionais no estado, sob influência de orientações nacionais, lógicas econômicas e disputas políticas. Outro ponto em comum que pode ser destacado em algumas pesquisas é a crítica ao modelo de gestão educacional hegemonicamente adotado, que vai de encontro ao gerencialismo neoliberal. A municipalização do ensino, por exemplo, a partir do Fundef e do Fundeb, aparece de forma ambígua: por um lado, amplia o acesso da educação básica em nível municipal; por outro lado, transfere as responsabilidades sem o suporte técnico devido e o suporte financeiro também.

A Educação do Campo também está em debate no âmbito das pesquisas levantadas, demonstrando um campo em disputa pela implementação de normativas, como a BNCC, que universaliza o currículo desconsiderando as especificidades e os saberes locais dentro do território nacional. Tal movimento demonstra o interesse ao desenvolvimento educacional ligado à lógica do capital e à padronização dos processos formativos.

Vale ressaltar que as pesquisas acabam mostrando algumas contradições entre discursos que falam sobre a garantia do direito à educação e as práticas efetivas observadas na rotina escolar. Existem desigualdades históricas presentes – socioeconômicas, territoriais e políticas – e essas mesmas acabam se tornando um obstáculo para a democratização do ensino no estado do Piauí, sendo, portanto, necessária uma revisão mais aprofundada das políticas públicas educacionais para a identificação do gargalo que impede a efetivação total de algumas leis. Em suma, as pesquisas estudadas mostram maturidade investigativa e compromisso social, oferecendo contribuições importantes para fomentar o debate educacional no Brasil, visto que mesmo que abordem a realidade local, elas evidenciam como algumas políticas nacionais estão

sendo realizadas (ou não) nos territórios – estes marcados por forte desigualdade e por processos, que, historicamente possuem exclusão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contemplou as etapas de coleta e categorização de documentos sobre o financiamento da educação na Planície Litorânea do Piauí, o que revelou uma quantidade expressiva de informações (embora tenha destacado diversas dificuldades entre acessos e problemas técnicos em alguns portais), destacando também o recorte temporal da pesquisa, onde a maioria dos documentos encontrados foram dos anos entre 2010 e 2023, não conseguindo documentos de datas anteriores – aqueles que foram encontrados, pode-se considerar uma quantidade mínima. Além da etapa de coleta e análise dos textos que indicam a produção acadêmica a respeito das políticas educacionais piauienses.

Para uma análise completa, foi necessário superar as barreiras encontradas e garantir que todos os dados foram acessados e avaliados adequadamente. Frente às dificuldades de acesso às informações necessárias para a produção do conhecimento e a avaliação e monitoramento de políticas educacionais, pretendeu-se a criação de uma plataforma digital contendo a base legal, os dados educacionais e de financiamento da educação do Piauí, assim como produções científicas sobre a temática, no recorte temporal de 2007 a 2022. Contudo, como foi argumentado durante toda a pesquisa, percebe-se que o recorte temporal, por questões de inacessibilidade nos portais de acesso, não pôde ser contemplado em sua totalidade.

O trabalho apresentado, teve suas fases de coletas realizadas com sucesso, a seguinte foi a coleta e análise de produções acadêmicas, permitindo compreender melhor o contexto e os desafios da política educacional no Piauí, utilizando de repositórios e bases de dados acadêmicos para melhor desenvolvimento da coleta e da catalogação dos mesmos.

As produções acadêmicas identificadas por esse trabalho, mostraram um cenário variado e multifacetado sobre o campo da política educacional piauiense, proporcionando insights benéficos sobre a execução prática das políticas, destacando sobre a base teórica, sua importância para as pesquisas e à contextualização (e conhecimento de fato) das políticas existentes com o objetivo de atender as necessidades da sociedade local, bem como, os textos trabalhados tiveram o papel de avaliar a qualidade e metodologias utilizadas nas produções acadêmicas, identificando também as lacunas com necessidade de aperfeiçoamento. A revisão proporcionou uma base concreta para as próximas investigações, pesquisas e produções que estão em desenvolvimento ou ainda irão ser desenvolvidas, demonstrando dados referentes ao

campo da política educacional, um objeto de estudo que está em crescimento na atualidade, visto que se esperou não só escrever por escrever, mas ter resultados quanto a aplicação dessas políticas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Os 25 anos da Constituição de 1988: reflexões sobre o direito à educação de qualidade** In: LEITE, Yoshie Ussami Ferrari. MILITÃO, Silvio Cesar Nunes. LIMA, Vanda Moreira Machado (Org). Políticas educacionais e qualidade da escola pública. 1. ed. Curitiba: CRV, 2013. p 29-41.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BAUER, M. W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G.(Org.). Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 189-217.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2008.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**.

CRUZ, Rosana Evangelista da (org). **O direito à educação e a política educacional no Piauí**. Curitiba: Casa Editorial, 2022.

CUNHA, Luiz Antônio. **Educação, Estado e democracia no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GATTI, Bernardete Angelina. Estudos quantitativos em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XBpXkMkBSsbBCrCLWjzyWyB/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 8 abr. 2020.

JACOMINI, Maria Aparecida.; PENNA, Marieta Gouvêa de Oliveira.; BELLO, Isabel Melero. Estudos de revisão sobre produção acadêmica em políticas educacionais (2000-2010). **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 13, n. 21, jun. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/66810/39047>. Acesso em: 23 setembro. 2022.
KERZNER, Harold. Gestão de Projetos: as melhores práticas. Porto Alegre: Bookman, 2002.

MAINARDES, Jefferson. A pesquisa no campo da política educacional: perspectivas teóricometodológicas e o lugar do pluralismo. **Revista Brasileira de Educação**, V. 23, 2018.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/njDMt6PjSDLjzByjpXwr4zh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22. de setembro 2022.

MELO, Juliana da Silva. **A política educacional no estado do Piauí**: inventário das teses e dissertações produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação da UFPI. 2022. 114 f. Relatório de pesquisa (Iniciação científica) Universidade Federal do Piauí. Teresina, Piauí, 2022.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Da universalização do ensino fundamental ao desafio da qualidade**: uma análise histórica. Educação & Sociedade, v. 28, n. 100, p. 661–690, out. 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Direito à educação** In: ADRIÃO, Theresa. OLIVEIRA, Romualdo Portela de (Org). Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB. São Paulo: Xamã, 2007. p 15-41.

SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio Ancisar. Projetos de pesquisa, fundamentos lógicos: a dialética entre perguntas e respostas. Chapecó: Argos, 2013.

SANTOS FILHO, José Carlos; SÁNCHEZ GAMBOA, Sílvio Ancisar. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SOUZA, ngelo Ricardo de. A pesquisa em políticas educacionais no Brasil: de que estamos tratando? **Práxis Educativa** (UEPG. ONLINE), v. 9, n. 2, pp. 355-367, 2014. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/6231>. Acesso em: 22 set. de 2022.

STREMEL, Silvana. **A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil**. 2016. 312 f. Tese (Doutorado em Educação)? Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR, 2016. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/1209>. Acesso em: 22 jan. 2022.

TELLO, Cesar. Los objetos de estudio de la política educativa: três argumentaciones epistemológicas para su análisis. In: TELLO, C. (Org.). **Los objetos de estudio en política educativa**. Hacia una caracterización del campo teórico. Buenos Aires: Autores de Argentina, 2015, p. 43-62. Disponível em: http://panorama.oei.org.ar/_dev/wpcontent/uploads/2017/05/Los-objetos-de-estudio-dela-politica-educativa.pdf. Acesso em 18 de set. de 2022.

VOSGERAU, Dilmeire Sant'Anna Ramos; ROMANOWSKI, Joana Paulin. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas**. Diálogo Educacional, Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.